

PREFÁCIO.....	11
EM TORNO DESTA 11ª EDIÇÃO.....	15

[PDF](#)
[PDF](#)

PRIMEIRA PARTE FUNDAMENTOS DO DIREITO DO AMBIENTE

Título I – FUNDAMENTAÇÃO BASE CIENTÍFICA E FILOSÓFICA

Capítulo I – SUSTENTABILIDADE, EIXO DA QUESTÃO AMBIENTAL

[PDF](#)
[1.01](#)

1. Abrindo as cortinas do cenário ambiental.....	56
1.1 Riscos ambientais para o Planeta Terra e à família humana.....	59
1.2 Em busca de uma saída.....	67
1.3 Em torno do desenvolvimento sustentável.....	71
1.4 Contexto brasileiro.....	75
1.5 Uma simples advertência.....	75
2. Por uma ordem sustentável.....	77
2.1 Vida sustentável.....	80
2.2 Sociedade sustentável.....	86
2.2.1 Produção sustentável.....	88
2.2.2 Consumo sustentável.....	90
2.3 Sustentabilidade na esfera institucional.....	95
2.3.1 Na ordem jurídica nacional.....	95
2.3.2 No âmbito internacional.....	97
3. A Agenda 21.....	98
3.1 Origem e teor geral do documento.....	98
3.2 Adaptação às diferentes realidades.....	102
3.3 A Agenda 21 brasileira.....	102
4. Economia verde.....	107
4.1 Apanhado histórico: necessidades versus recursos.....	107
4.2 Uma vista sobre a economia verde.....	109

Capítulo II – COSMOVISÃO E DIREITO DA PERSONALIDADE

[PDF](#)
[1.02](#)

1. Visão antropocêntrica ou visão ecocêntrica?.....	111
1.1 Ideias básicas.....	112
1.1.1 Antropocentrismo.....	112
1.1.2 Biocentrismo.....	114
1.1.3 Ecocentrismo.....	115
1.2 Ecocentrismo em face do Direito.....	116
1.2.1 Evolução na Ciência e no Direito.....	116
1.2.2 Índole da Ciência Jurídica.....	118
1.2.3 Perspectivas para um ecocentrismo jurídico.....	119

2.	Direito da personalidade.....	124
2.1	A personalidade.....	124
2.2	Os direitos da personalidade.....	125
2.3	O direito ao ambiente ecologicamente equilibrado como direito da personalidade.....	127
2.4	A tutela jurídica do ambiente: pressuposto da proteção da personalidade.....	130
2.4.1	Meio ambiente e saúde.....	130
2.4.2	Meio ambiente e igualdade.....	131
2.4.3	Meio ambiente e direito de propriedade.....	132
2.4.4	O papel e as prerrogativas dos consumidores em face do Direito do Ambiente.....	133
2.5	Conclusões.....	134
Capítulo III – ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE		
1.	Sentido da expressão <i>ecologia</i>	137
2.	Sentido da expressão <i>meio ambiente</i> . Aspectos e conceitos.....	140
3.	Conceito legal de meio ambiente.....	144
4.	Os recursos ambientais.....	147
Capítulo IV – ÉTICA AMBIENTAL		
1.	Roteiro histórico da Ética.....	149
2.	Evolução da Ética Ambiental.....	151
3.	Perspectiva social: meio ambiente, patrimônio da coletividade.....	154
4.	Perspectiva política: gestão pública e meio ambiente.....	157
5.	Perspectiva humanista: a ética da vida.....	159
6.	Perspectivas globais.....	162
Título II – FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL		
1.	Meio ambiente: bem jurídico <i>per se</i>	166
2.	A constitucionalização da proteção ao ambiente: a experiência no direito comparado.....	168
3.	A questão ambiental nas Constituições brasileiras.....	173
4.	A Constituição “verde” de 1988.....	175
5.	A proteção do meio ambiente como princípio das ordens social e econômica.....	177
5.1	Na ordem social.....	177
5.2	Na ordem econômica.....	178
6.	Um capítulo para o meio ambiente.....	180
6.1	Direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e dever geral de proteção.....	180
6.2	Deveres específicos do Poder Público na tutela do ambiente.....	181
6.2.1	Preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais.....	181
6.2.2	Promoção do manejo ecológico das espécies e ecossistemas.....	182
6.2.3	Preservação da biodiversidade e controle das entidades de pesquisa e manipulação de material genético.....	184
6.2.4	Definição de espaços territoriais especialmente protegidos.....	187
6.2.5	Imposição de estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.....	190
6.2.6	Controle da produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco à vida, à qualidade de vida e ao meio ambiente.....	191
6.2.7	Promoção da educação ambiental.....	194
6.2.8	Proteção à fauna e à flora.....	196
6.3	Determinações particulares às situações de elevado conteúdo ecológico.....	199
6.3.1	Meio-ambiente e mineração.....	199
6.3.2	A responsabilidade cumulativa pelas condutas e atividades lesivas ao ambiente.....	201

[PDF](#)
[1.03](#)

[PDF](#)
[1.04](#)

[PDF](#)
[Título](#)
[2](#)

6.3.3	Proteção especial a macrorregiões.....	203
6.3.4	A indisponibilidade de terras devolutas e de áreas indispensáveis à preservação ambiental.....	205
6.3.5	Controle das usinas nucleares.....	207
7.	Repartição de competências.....	209
7.1	Competências administrativas.....	211
7.2	Competências legislativas.....	213
7.3	Competências jurisdicionais.....	215
8.	A participação comunitária na tutela do ambiente.....	216
8.1	Participação popular nos processos de criação do Direito do Ambiente.....	218
8.1.1	Participação no processo legislativo.....	218
8.1.2	Participação em órgãos colegiados dotados de poderes normativos.....	219
8.2	Participação popular na formulação e execução de políticas ambientais.....	219
8.3	Participação popular na seara jurisdicional.....	220
9.	O direito à informação.....	220

SEGUNDA PARTE

DIREITO E MEIO AMBIENTE

Título III – MEIO AMBIENTE E LEGISLAÇÃO

Capítulo I – A CRISE AMBIENTAL E A LEI

1.	A crescente deterioração de nossa casa comum.....	229
2.	A razão da crise.....	233
3.	A lei: uma terapia para a superação da crise.....	234
4.	A lei voltada para a gestão ambiental.....	236

Capítulo II – LEGISLAÇÃO TUTELAR DO AMBIENTE NO BRASIL

1.	Origem.....	238
1.1	Ordenações do Reino. Brasil Colônia.....	238
1.2	Legislação ambiental no Brasil pré-republicano.....	240
1.3	Legislação ambiental no Brasil republicano até a Conferência de Estocolmo, de 1972.....	242
2.	Realidade brasileira.....	243
3.	A implementação da legislação ambiental.....	246
4.	Perspectivas: um Código para o Meio Ambiente.....	249

Capítulo III – O DIREITO DO AMBIENTE

1.	Uma nova disciplina.....	253
2.	Nomenclatura.....	256
3.	Conceito de Direito do Ambiente.....	258
4.	Princípios fundamentais do Direito do Ambiente.....	260
4.1	A função dos princípios.....	260
4.2	Princípios fundamentais em espécie.....	261
4.2.1	Princípio do ambiente ecologicamente equilibrado como direito/dever fundamental da pessoa humana.....	261
4.2.2	Princípio da equidade intergeracional.....	262
4.2.3	Princípio da natureza pública da proteção ambiental.....	264
4.2.4	Princípios da prevenção e da precaução.....	265
4.2.4.1	Princípio da prevenção.....	266
4.2.4.2	Princípio da precaução.....	267
4.2.5	Princípio da consideração da variável ambiental no processo decisório de políticas de desenvolvimento.....	269
4.2.6	Princípio do controle do poluidor pelo Poder Público.....	270

[PDF](#)
[3.01](#)

[PDF](#)
[3.02](#)

[PDF](#)
[3.03](#)

4.2.7	Princípio do poluidor-pagador.....	271
4.2.8	Princípio do usuário-pagador.....	272
4.2.9	Princípio do protetor-recebedor.....	274
4.2.10	Princípio da função socioambiental da propriedade.....	276
4.2.11	Princípio da participação comunitária.....	278
4.2.12	Princípio da proibição do retrocesso ambiental.....	279
4.2.13	Princípio da cooperação entre os povos.....	283
4.3	Conclusão.....	284
5.	Multidisciplinaridade do Direito do Ambiente.....	286
6.	Taxonomia e natureza jurídica.....	287
7.	Interpretação da lei ambiental.....	289
8.	Amplitude, limites e perspectivas do Direito do Ambiente.....	295
8.1	A caminho da chamada pós-modernidade.....	295
8.2	Horizontes abertos do Direito do Ambiente.....	297
8.3	Limites no horizonte.....	301
8.3.1	Interlocução com as Ciências do Ambiente: universo único.....	302
8.3.2	Um vício de origem.....	303
8.3.3	Peso do fator político.....	304
8.4	Prospectivas.....	305
8.4.1	Antes do mais, um Direito da Natureza.....	305
8.4.2	Pensar e propor um Estado Constitucional Ecológico.....	314
8.4.3	Condição de um Direito em renovação permanente.....	317

TERCEIRA PARTE
O SISTEMA BRASILEIRO DE
RESPONSABILIDADE POR DANO AMBIENTAL

Título IV – DANO AMBIENTAL

1.	O dano ambiental e sua compreensão.....	322
2.	Características.....	325
2.1	A dificuldade na identificação da fonte lesiva.....	325
2.2	A ampla dispersão de vítimas.....	326
2.3	A dificuldade inerente à ação reparatória.....	326
2.4	A dificuldade da valoração.....	327
3.	Revelações da lesividade ambiental.....	328
3.1	O dano ambiental segundo a ótica dos sujeitos afetados.....	329
3.1.1	Dano ambiental coletivo.....	330
3.1.2	Dano ambiental individual.....	331
3.2	O dano ambiental segundo a natureza do interesse lesado.....	332
3.2.1	Dano ambiental patrimonial.....	332
3.2.2	Dano ambiental extrapatrimonial.....	333
3.3	O dano ambiental segundo o momento de sua deflagração.....	335
3.3.1	Dano ancestral.....	335
3.3.2	Dano coetâneo.....	336
3.3.3	Dano futuro.....	336
3.4	O dano ambiental segundo a sua extensão.....	337
3.4.1	Dano local.....	338
3.4.2	Dano microrregional.....	338
3.4.3	Dano regional.....	338
3.4.4	Dano nacional.....	339
4.	Formas de reparação.....	339
4.1	Restauração natural ou <i>in specie</i>	339
4.2	Compensação por equivalente ecológico.....	340
4.3	Indenização pecuniária.....	341

Título V – REAÇÃO JURÍDICA À DANOSIDADE AMBIENTAL	
Capítulo I – RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL	
1.	O poder de polícia ambiental..... 348
1.1	Conceito..... 348
1.2	Competência e poder de polícia..... 350
2.	A responsabilidade administrativa ambiental no direito brasileiro..... 354
2.1	Natureza jurídica da responsabilidade administrativa..... 356
2.2	Pressupostos da responsabilidade administrativa ambiental..... 362
2.2.1	Conduta..... 362
2.2.2	Ilicitude..... 364
2.2.2.1	O dano ambiental diante do pressuposto jurídico da ilicitude..... 365
2.2.2.2	Identificação da ilicitude..... 366
2.3	Consequências da adoção da teoria da culpa presumida..... 367
2.3.1	Presunção de responsabilidade..... 367
2.3.2	Inversão do ônus da prova..... 367
2.3.3	Incidência das excludentes da responsabilidade..... 368
3.	As infrações administrativas ao meio ambiente..... 369
3.1	Caracterização da infração..... 369
3.2	Competência para a sua definição..... 374
3.3	O quadro das infrações administrativas..... 375
4.	Sanções e medidas administrativas acautelatórias..... 376
4.1	Sanções administrativas em sentido estrito..... 378
4.1.1	Advertência..... 378
4.1.2	Multas..... 379
4.1.2.1	Multa simples..... 379
4.1.2.2	Multa diária..... 386
4.1.3	Enfoques legais específicos e desdobramentos jurídicos das sanções pecuniárias ambientais..... 386
4.1.3.1	Unidades de medida informadoras da multa..... 386
4.1.3.2	Crítérios para a dosimetria e aplicação da multa e seu controle judicial..... 387
4.1.3.3	Pagamento espontâneo e cobrança judicial de multa..... 390
4.1.3.4	Destinação dos valores arrecadados em pagamento de multas..... 391
4.1.4	Restritiva de direitos..... 391
4.2	Medidas administrativas acautelatórias..... 392
4.2.1	Apreensão..... 392
4.2.1.1	Apreensão e destinação de animais..... 393
4.2.1.2	Apreensão e destinação de produtos e subprodutos..... 395
4.2.1.3	Apreensão e destinação de instrumentos..... 396
4.2.1.4	Guarda e uso do bem apreendido..... 398
4.2.2	Destruição ou inutilização de produtos, subprodutos e instrumentos da infração..... 398
4.2.3	Suspensão de venda ou fabricação de produto..... 399
4.2.4	Embargo de obra ou atividade..... 400
4.2.5	Demolição de obra..... 401
4.2.6	Suspensão parcial ou total de atividades..... 403
5.	O processo administrativo ambiental..... 403
5.1	Classificação dos processos administrativos ambientais..... 404
5.2	Competência para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo..... 405

5.3	Iniciativa para a apuração de infrações administrativas.....	406
5.3.1	Apuração a pedido do interessado.....	406
5.3.2	Apuração <i>ex officio</i>	407
5.4	Princípios norteadores do processo administrativo ambiental.....	408
5.4.1	O princípio do <i>non bis in idem</i>	409
5.4.2	O princípio da pessoalidade da sanção.....	410
5.4.3	O princípio da ampla defesa.....	412
5.4.4	O princípio da insignificância.....	414
5.5	Regras procedimentais para apuração de infração ambiental.....	415
5.5.1	Auto de infração.....	416
5.5.2	Defesa.....	418
5.5.3	Instrução.....	419
5.5.4	Julgamento em primeira instância.....	420
5.5.5	Recursos.....	421
5.6	Prescrição administrativa ambiental.....	426
Capítulo II – RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL		
1.	Os regimes da responsabilidade civil no direito comum.....	430
1.1	A responsabilidade baseada na culpa.....	430
1.2	A responsabilidade baseada no risco da atividade.....	431
2.	A responsabilidade civil no domínio do direito do ambiente.....	432
2.1	Da culpa ao risco.....	432
2.2	Do risco concreto ao risco abstrato: um novo repto ao alargamento das funções da responsabilidade civil ambiental.....	433
3.	O princípio da reparação integral.....	438
4.	Pressupostos da responsabilidade civil por dano ambiental.....	439
4.1	Evento danoso.....	440
4.2	Nexo de causalidade entre o dano e a atividade.....	441
5.	Obrigação <i>propter rem</i> e responsabilidade civil ambiental.....	445
5.1	As obrigações <i>propter rem</i> ambientais.....	445
5.2	A imprescindível desconstrução da equiparação entre obrigações <i>propter rem</i> ambientais e obrigações reparatórias derivadas da imputação da responsabilidade civil ambiental.....	448
6.	Consequências da objetivização da responsabilidade civil fundada na teoria do risco integral.....	451
6.1	Prescindibilidade de investigação de culpa.....	451
6.2	Irrelevância da licitude da atividade.....	452
6.3	Inaplicabilidade de excludentes de causalidade.....	453
7.	O sujeito responsável.....	455
7.1	A responsabilidade solidária dos poluidores.....	455
7.2	A responsabilidade do Estado.....	458
7.3	A responsabilidade do profissional.....	462
7.4	A responsabilidade das instituições financeiras.....	463
8.	Da responsabilidade pessoal à solidarização da reparação de danos.....	467
8.1	Seguro ambiental.....	468
8.2	Fundos de reparação do dano ambiental.....	470
Capítulo III – RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL		
1.	Antecedentes.....	473
2.	O princípio da intervenção mínima do direito penal.....	474
3.	Direito penal ambiental: um direito preventivo e reparador.....	478
4.	As normas penais ambientais.....	480

[PDF](#)
[5.02](#)

[PDF](#)
[5.03](#)

4.1	Normas penais em branco.....	480
4.2	Bem jurídico protegido	482
4.3	Tipicidade.....	483
4.4	Elemento subjetivo	485
4.5	Sujeito ativo	486
4.5.1	Responsabilidade penal individual.....	486
4.5.2	Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	487
4.5.2.1	Condicionantes para a responsabilização.....	490
4.5.2.2	Desnecessidade da dupla imputação das pessoas física e jurídica.....	490
4.5.2.3	Impossibilidade de responsabilização por crimes culposos.....	493
4.5.2.4	Abrangência da responsabilidade.....	494
4.6	Sujeito passivo.....	495
5.	Os crimes ambientais segundo a Lei 9.605/1998.....	496
5.1	Os crimes contra a fauna.....	498
5.2	Os crimes contra a flora.....	499
5.3	O crime de poluição.....	502
5.4	Os crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	504
5.5	Os crimes contra a Administração Ambiental.....	505
5.6	Outros crimes ambientais	507
6.	Normas incriminadoras remanescentes	508
7.	As sanções penais.....	509
7.1	Penas aplicáveis às pessoas físicas.....	509
7.1.1	Pena privativa de liberdade	510
7.1.2	Penas restritivas de direitos	510
7.1.3	Pena de multa.....	512
7.2	Penas aplicáveis às pessoas jurídicas.....	512
7.2.1	Pena de multa.....	513
7.2.2	Penas restritivas de direitos	513
7.3	Circunstâncias atenuantes	514
7.4	Circunstâncias agravantes.....	514
7.5	Causas de aumento de pena.....	515
7.6	O princípio da insignificância.....	516
8.	As causas excludentes de ilicitude	517
9.	As causas excludentes de culpabilidade.....	518
10.	O avanço da Lei 9.605/1998	519

QUARTA PARTE JUSTIÇA AMBIENTAL

Título VI – OS PROTAGONISTAS DA JUSTIÇA AMBIENTAL

1.	O papel do Judiciário	523
2.	O papel do Ministério Público	528
3.	O papel da Defensoria Pública.....	531
4.	O papel da advocacia	534
4.1	O respeito aos limites da lei	534
4.2	Principais áreas de atuação	535
4.2.1	Áreas privadas	535
4.2.2	Áreas públicas.....	538
4.2.3	Organizações do Terceiro Setor	538
5.	O papel da Polícia	541
6.	O papel do Terceiro Setor.....	549
7.	O papel do Cidadão	556

Título VII – TÉCNICAS DA TUTELA COLETIVA DO AMBIENTE	
Capítulo I – INSTRUMENTOS EXTRAPROCESSUAIS	
Seção I – Inquérito civil	558
1. Notícia histórica.....	558
2. Definição.....	560
3. Natureza jurídica.....	560
4. Um instrumento de atuação funcional do Ministério Público.....	561
5. Instauração do inquérito.....	563
5.1 Pressuposto.....	564
5.2 Legitimação.....	564
5.3 Modo.....	565
5.3.1 Instauração de ofício.....	565
5.3.2 Instauração por requerimento ou representação de qualquer pessoa.....	566
5.3.3 Instauração mediante comunicação de outro órgão do Ministério Público, do Poder Judiciário, da autoridade policial ou qualquer outra.....	567
5.3.4 Instauração por determinação de Órgão da Administração Superior do Ministério Público.....	567
5.4 Prazos.....	568
5.4.1 Prazo para instauração.....	568
5.4.2 Prazo para conclusão.....	568
5.5 Recursos.....	568
5.5.1 Contra a instauração do inquérito civil.....	569
5.5.2 Contra a não instauração do inquérito civil.....	569
5.6 Incompatibilidades.....	570
5.7 Conflitos de atribuições.....	570
5.8 Controle de legalidade.....	571
6. Instrução do inquérito.....	571
6.1 Poderes instrutórios.....	572
6.2 Carga valorativa da prova produzida no inquérito civil.....	573
7. Encerramento do inquérito.....	575
7.1 Propositura de ação civil pública.....	575
7.2 Arquivamento.....	575
7.2.1 Arquivamento por falta de fundamento para a propositura de ação civil pública ou para a expedição de recomendações.....	576
7.2.2 Arquivamento em relação a fatos e pessoas investigadas não abrangidos nas medidas adotadas.....	578
7.2.3 Arquivamento decorrente de celebração de compromisso de ajustamento de conduta definitivo.....	578
8. Desarquivamento do inquérito.....	579
9. Publicidade.....	580
Seção II – Inquérito policial	582
1. Natureza jurídica.....	582
2. Valor probatório do inquérito policial.....	583
3. Instauração.....	583
4. Prazo para conclusão.....	584
5. Arquivamento.....	585
6. Controle de legalidade.....	585
Seção III – Compromisso de ajustamento de conduta	585
1. Natureza jurídica.....	588
2. Requisitos de validade.....	589
2.1 Título de obrigação certa, líquida e exigível.....	589
2.2 Legitimidade do tomador para a ACP.....	589

2.3	Sujeição do causador do dano à sua integral reparação	591
2.4	Previsibilidade de cominações para o caso de descumprimento da obrigação	592
3.	Compromisso de ajustamento de conduta parcial	593
4.	Eficácia do Compromisso	594
5.	Rescisão do Compromisso	595
6.	Repercussão do compromisso de ajustamento nas esferas de responsabilidade ambiental	596
7.	Publicidade	599
8.	Mecanismos de fiscalização e execução	600
Seção IV – Audiências públicas		601
1.	Previsão legal	602
2.	Conceito e objeto	603
3.	Procedimento	604
4.	Efeitos	604
Seção V – Recomendações Ministeriais		604
1.	Previsão legal	605
2.	Conceito e objeto	606
3.	Procedimento	607
Capítulo II – INSTRUMENTOS PROCESSUAIS		
Seção I – Ação civil pública		609
Subseção I – Teoria Geral		609
1.	A importância do tema	609
2.	Evolução histórica do instituto e o surgimento de um microsistema processual coletivo	610
3.	O aspecto terminológico: ação civil pública ou ação civil coletiva?	613
4.	Natureza jurídica	616
5.	Fundamento constitucional	616
6.	Escopo e legitimação	617
7.	Campo de abrangência	618
8.	Vocação para o controle incidental de constitucionalidade	619
9.	Princípios fundamentais da tutela coletiva	620
9.1	Princípio do amplo acesso à justiça	620
9.2	Princípio da duração razoável do processo	622
9.3	Princípio da flexibilidade procedimental	623
9.4	Princípio da disponibilidade motivada	624
9.5	Princípio da não taxatividade dos direitos tuteláveis	626
9.6	Princípio da atipicidade da tutela jurisdicional coletiva	627
9.7	Princípio da boa-fé	628
10.	A ação civil pública: um instrumento do direito e da justiça em favor da sociedade	629
Subseção II – A ação civil pública e a defesa do ambiente		631
1.	Objeto da ação	632
2.	Legitimação ativa	634
2.1	Ministério Público	636
2.2	Defensoria Pública	637
2.3	Administração direta, indireta e fundacional	639
2.4	Associações civis	640
2.5	Órgãos despersonalizados	642
3.	Legitimação passiva	643
4.	Pluralidade de partes	644
4.1	Litisconsórcio	644
4.2	Intervenção de terceiros	649

[PDF](#)
[7.02](#)

4.2.1	Modalidades de intervenção de terceiros “stricto sensu”	650
4.2.1.1	Assistência	650
4.2.1.2	Denúnciação da lide	651
4.2.1.3	Chamamento ao processo	652
4.2.1.4	Desconsideração da personalidade jurídica	653
4.2.1.5	<i>Amicus Curiae</i>	656
4.2.2	Modalidades de intervenção de terceiros “lato sensu”	658
4.2.2.1	Oposição	658
4.2.2.2	Recurso de terceiro prejudicado	658
4.2.2.3	Sucessão do réu pela parte legítima	659
5.	Interesse processual	660
5.1	O interesse processual para o Ministério Público	660
5.2	O interesse processual para os outros legitimados	661
6.	Competência	662
6.1	Competência de jurisdição	662
6.2	Competência de foro	666
6.2.1	Foro pelo local do dano	666
6.2.2	Foro pela extensão do dano	667
7.	Valor da causa	670
8.	Rito processual	672
9.	Distribuição do ônus da prova e das despesas com seu custeio	672
9.1	A distribuição da carga probatória	672
9.2	Adiantamento das despesas para o custeio das provas	676
10.	Desistência ou abandono da ação	679
11.	O efeito da revelia	681
12.	Transação	682
13.	Tutela provisória	684
13.1	Tutela provisória de urgência	684
13.2	Tutela provisória de evidência	688
14.	Multas	689
15.	Prescrição	691
16.	Ônus da sucumbência e da litigância de má-fé	694
17.	Recursos	696
17.1	Efeitos	696
17.2	Desistência ou renúncia	697
18.	Remessa necessária	697
19.	Coisa julgada	699
20.	Fase de cumprimento da sentença	702
21.	O fundo para reconstituição de bens lesados	703
Seção II – Ação popular		706
1.	Objeto	708
2.	Legitimidade ativa	708
3.	Legitimidade passiva	709
4.	Pressuposto	709
5.	Competência	710
6.	Rito processual	711
7.	Decisões judiciais	711
8.	Coisa julgada	712
Seção III – Mandado de segurança coletivo		713
1.	Objeto da tutela	713
2.	Legitimação ativa	714
Seção IV – Ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo		715
1.	Os sujeitos do processo	717
2.	A eficácia da sentença	719

Seção V – Mandado de injunção coletivo.....	720
1. Pressupostos.....	720
2. Legitimação ativa.....	721
3. Legitimação passiva.....	722
4. Coisa julgada.....	722
5. Efeitos.....	722
6. Conclusão.....	723
Seção VI – Ação penal pública.....	724
1. Competência.....	724
1.1 Competência de foro.....	725
1.2 Competência de jurisdição.....	725
2. Procedimento.....	729
3. A pessoa jurídica no juízo criminal.....	729
3.1 Representação.....	729
3.2 Citação.....	730
3.3 Interrogatório.....	731
3.4 Prescrição.....	732
4. Prova.....	733
5. Reflexos da justiça consensual nas infrações ambientais.....	734
5.1 A transação penal.....	734
5.2 A suspensão condicional do processo.....	736

QUINTA PARTE

PATRIMÔNIO AMBIENTAL NACIONAL

Título VIII – ASPECTOS DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

Capítulo I – PATRIMÔNIO E BENS AMBIENTAIS

1. Patrimônio ambiental.....	741
2. Bens ambientais.....	744

Capítulo II – PATRIMÔNIO AMBIENTAL NATURAL

1. Admirável mundo natural.....	752
2. Perspectivas para o Direito e a Gestão do Patrimônio Ambiental Natural.....	753

Seção I – Elementos abióticos.....

1. Ar.....	754
1.1 Percepção do recurso ar.....	754
1.2 Utilização do recurso ar.....	754
1.3 Poluição e alterações do recurso ar.....	755
1.4 Impactos e efeitos na qualidade da atmosfera.....	756
1.5 Riscos e efeitos globais.....	757
1.6 Tratamento constitucional do ar.....	758
2. Água.....	758
2.1 Percepção do recurso água.....	758
2.2 Utilização do recurso água.....	759
2.3 Ameaças e danos ao recurso água.....	760
2.4 Gestão do recurso água.....	761
2.4.1 Aspectos gerais.....	761
2.4.2 Bacias hidrográficas.....	762
2.4.3 Águas subterrâneas.....	764
2.5 Olhar panorâmico sobre a problemática da água no mundo atual.....	764
2.6 Tratamento constitucional das águas.....	768
3. Solo.....	768

[PDF](#)
[8.01](#)

[PDF](#)
[8.02](#)

3.1	Percepção do recurso solo.....	768
3.1.1	O solo como estrutura física.....	769
3.1.2	O solo como espaço social.....	769
3.2	Precauções na utilização do recurso solo.....	770
3.2.1	Tutela da vegetação como meio de proteção do solo.....	770
3.2.2	Adequação da cobertura vegetal.....	771
3.2.3	Alterações e usos inadequados do solo.....	771
3.3	O solo urbano.....	772
3.4	Ameaças e danos ao recurso solo.....	772
3.4.1	Disposição de resíduos.....	773
3.4.2	Áreas contaminadas.....	776
3.4.3	Extração mineral.....	777
3.4.4	Atividades agrícolas e degradação do solo.....	778
3.4.4.1	Produtos tóxicos e pesticidas.....	778
3.4.4.2	Incêndios florestais.....	778
3.4.5	Alguns casos especiais.....	779
3.5	Tratamento constitucional do solo.....	780
Seção II – Elementos bióticos.....		781
1.	Flora.....	781
1.1	Percepção do recurso flora.....	781
1.2	Terminologia importante.....	782
1.2.1	Significado do termo “flora”.....	782
1.2.2	Significado do termo “vegetação”.....	783
1.2.3	Significado do termo “floresta”.....	783
1.3	Utilização ecológica e econômica das florestas.....	784
1.4	Riscos e danos relacionados à flora.....	785
1.5	Tratamento constitucional da flora.....	786
2.	Fauna.....	788
2.1	Percepção do recurso fauna.....	788
2.2	Conceitos científicos gerais.....	789
2.2.1	Relação da fauna com o equilíbrio ecológico.....	789
2.2.2	Relação da fauna com a sua distribuição espacial.....	790
2.3	Importância da fauna. Riscos e ameaças.....	792
2.3.1	Importância vital da fauna.....	792
2.3.2	Riscos e ameaças à fauna terrestre.....	792
2.4	A utilização de animais na pesquisa e no ensino.....	794
2.5	Crueldade contra os animais em manifestações culturais, espetáculos públicos e práticas esportivas.....	796
2.6	Tratamento constitucional da fauna.....	799
Capítulo III – PATRIMÔNIO AMBIENTAL CULTURAL.....		
1.	Conceito e conteúdo.....	801
2.	Identificação dos bens culturais.....	803
3.	Competência.....	804
4.	Formas de promoção e proteção dos bens culturais.....	805
4.1	Promoção por ato administrativo.....	805
4.1.1	Tombamento.....	806
4.1.1.1	Conceito.....	806
4.1.1.2	Natureza jurídica.....	807
4.1.1.3	Modalidades.....	808
4.1.1.4	Tombamento de bens dos entes federativos.....	809
4.1.1.5	Processo administrativo.....	809
4.1.1.6	Efeitos.....	811
4.1.1.7	Dever de indenizar.....	812

4.1.2	Registro de bens culturais de natureza imaterial.....	813
4.1.3	Inventário de bens culturais.....	816
4.2	Promoção por lei específica.....	817
4.3	Promoção por via judicial.....	818
5.	Instrumentos de defesa e repressão.....	819
5.1	Instrumentos administrativos.....	819
5.1.1	Multa.....	819
5.1.2	Outras sanções administrativas.....	822
5.2	Instrumentos judiciais.....	822
5.2.1	Ação popular constitucional.....	822
5.2.2	Ação civil pública.....	823
5.2.3	Ação penal pública.....	825
6.	Considerações complementares.....	827
Capítulo IV – PATRIMÔNIO AMBIENTAL ARTIFICIAL		
1.	Estado da questão.....	830
1.1	Observação preliminar.....	830
1.2	Questionamento prévio.....	831
1.3	Tentando contextualizar o tema.....	832
1.3.1	O artificial.....	833
1.3.2	Complementaridade das partes integrantes do Patrimônio Ambiental Nacional.....	834
2.	O meio ambiente artificial.....	835
2.1	Compreensão.....	835
2.2	O ambiente construído.....	837
3.	Em direção à cidade.....	839
3.1	Equipamentos urbanos.....	841
3.2	A paisagem urbana.....	842
3.2.1	Paisagem urbana e qualidade de vida.....	843
3.2.2	Tendências do Direito do Ambiente em relação ao meio urbano e à paisagem.....	844
3.2.2.1	Antecedentes.....	844
3.2.2.2	Esboço doutrinário em vista do ordenamento urbano.....	846
3.2.2.3	Esboço doutrinário em vista da paisagem urbana.....	847
4.	Alguns aparatos legais.....	851
4.1	Crimes contra o ordenamento urbano.....	852
4.2	Regiões Metropolitanas e zoneamento industrial.....	852
4.3	Estatuto da Cidade.....	852
5.	Reflexões adicionais.....	853
5.1	Elementos para a gestão urbana.....	853
5.2	Exemplos da cidade de São Paulo.....	854
5.3	Em busca da sustentabilidade.....	856
5.4	Um esclarecimento final.....	857
6.	Conclusão.....	858
6.1	Retomando considerações fundamentais.....	858
6.2	Propondo considerações prospectivas.....	860

SEXTA PARTE

A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Título IX – GESTÃO E POLÍTICA DO AMBIENTE

Capítulo I – GESTÃO PÚBLICA DO AMBIENTE

1.	Administração Pública e gestão compartilhada do ambiente.....	869
----	---	-----

PDF
8.04

PDF
9.01

2.	Desafios ao Direito e à gestão do ambiente.....	871
3.	Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.....	873
3.1	Origem.....	874
3.2	Estrutura.....	875
3.3	O SISNAMA e a gestão compartilhada do meio ambiente.....	878
4.	Federalismo cooperativo nas ações de gestão ambiental.....	879
4.1	Objetivos fundamentais.....	880
4.2	Instrumentos de cooperação institucional.....	881
4.3	Ações de cooperação no exercício da competência comum.....	884
4.3.1	Ações administrativas da União.....	884
4.3.2	Ações administrativas dos Estados.....	886
4.3.3	Ações administrativas dos Municípios.....	888
4.3.4	Ações administrativas do Distrito Federal.....	889
4.4	Atuações supletivas e subsidiárias na gestão ambiental.....	889
4.5	Competência para a fiscalização e aplicação de penalidades administrativas.....	891
4.6	Regras de competência para autorizar a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras.....	893
5.	Planejamento ambiental.....	894
6.	A avaliação ambiental estratégica – AAE.....	897
6.1	Princípios gerais.....	897
6.2	Características, requisitos e alcance da AAE.....	898
6.3	Observações complementares.....	900

Capítulo II – GESTÃO PRIVADA DO AMBIENTE

1.	A administração do meio ambiente pelos segmentos organizados da sociedade.....	902
2.	O mundo empresarial rumo a uma economia verde.....	903
3.	Gestão ambiental e governança.....	906
3.1	Sistema de Gestão Ambiental – SGA.....	906
3.2	Responsabilidade socioambiental.....	907
4.	Os novos caminhos a seguir.....	908

[PDF](#)
[9.02](#)

SÉTIMA PARTE

A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA NO CONTEXTO HISTÓRICO

Título X – POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Capítulo I – PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

1.	Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente.....	920
2.	Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.....	925
2.1	Objetivo geral.....	925
2.2	Objetivos específicos.....	926

[PDF](#)
[10.01](#)

Capítulo II – INSTRUMENTOS

Seção I – Padrões de qualidade ambiental.....	938
1. Padrões de qualidade do ar.....	939
1.1 O Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar- PRONAR.....	939
1.2 Limites máximos de emissão.....	941
1.2.1 Fontes fixas.....	941
1.2.2 Fontes móveis.....	943
1.3 Os padrões de qualidade.....	944
2. Padrões de qualidade das águas.....	947
2.1 Águas superficiais.....	947
2.1.1 Classes de enquadramento e usos preponderantes.....	947
2.1.1.1 Águas doces.....	947

[PDF](#)
[10.02](#)

2.1.1.2	Águas salinas	948
2.1.1.3	Águas salobras	949
2.1.2	Critérios de qualidade para as águas destinadas à balneabilidade.....	950
2.1.3	Avaliação da qualidade dos corpos de água.....	951
2.1.4	Padrões de lançamento de efluentes.....	952
2.2	Águas subterrâneas	955
2.2.1	Classes de enquadramento e usos preponderantes	955
3.	Padrões de qualidade do solo.....	956
3.1	Principais iniciativas no estabelecimento de padrões de qualidade para o solo	957
3.2	Critérios e valores orientadores da qualidade do solo	958
3.2.1	Principais funções do solo.....	959
3.2.2	Definições.....	959
3.2.3	Classificação de qualidade dos solos	961
3.2.4	Diretrizes para o gerenciamento ambiental e áreas contaminadas	962
3.2.5	Procedimentos de prevenção e controle da qualidade do solo	962
3.2.6	Princípios para o gerenciamento de áreas contaminadas	963
3.2.7	Objetivos do gerenciamento de áreas contaminadas	963
3.2.8	Etapas para o gerenciamento de áreas contaminadas	963
3.2.9	Critérios para o enquadramento das áreas sob gestão.....	964
3.2.10	Proposta para a ação de intervenção	964
3.3	Critérios de enquadramento de materiais dragados.....	966
4.	Padrões de qualidade para ruídos	967
4.1	Normas legais e normas técnicas aplicáveis.....	967
4.2	O controle de ruídos pelos Municípios.....	969
	Seção II – O zoneamento ambiental.....	969
1.	Considerações gerais.....	969
2.	Principais elementos do zoneamento ambiental.....	971
2.1	Definição de objetivos e da região de estudos.....	971
2.2	Definição de prazos e recursos disponíveis para a execução do trabalho.....	971
2.3	Identificação dos aspectos ambientais de interesse para o estudo	971
2.4	Definição de escalas de trabalho	972
2.5	Identificação das metodologias de diagnóstico, interpretação e representação dos aspectos estudados.....	972
2.6	Desenvolvimento do diagnóstico	972
2.7	Processamento e interpretação das informações.....	972
2.8	Representação cartográfica das informações processadas.....	973
2.9	Interação dos dados	973
2.10	Representação final do zoneamento.....	973
3.	Alguns exemplos.....	973
4.	Legislação disciplinadora do zoneamento ambiental.....	974
4.1	Definição do ZEE	975
4.2	Objetivo do ZEE.....	975
4.3	Diretrizes para o ZEE.....	975
4.4	Competência para elaboração e execução do ZEE.....	976
4.5	Pressupostos do ZEE.....	977
4.6	Conteúdo do ZEE	978
4.7	Aprovação do ZEE	980
4.8	Vigência do ZEE.....	980
4.9	Redução de áreas protegidas	981
5.	Considerações finais	981
	Seção III – A avaliação de impactos ambientais	982
1.	Processos para a avaliação de impactos ambientais	982
2.	A avaliação de impactos ambientais no direito brasileiro	984

3.	Passos da normatização	985
4.	Modalidades de AIA informadoras do processo decisório do licenciamento	987
4.1.	Segundo a Resolução CONAMA 01/1986.....	987
4.1.1	Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)	988
4.1.2	Conceito	988
4.1.3	Objetivo	989
4.1.4	Base legal	990
4.1.5	Pressuposto do EIA: significativa degradação	992
4.1.5.1	O cunho exemplificativo do art. 2º da Resolução CONAMA 1/1986.....	993
4.1.5.2	O caráter da presunção da gravidade do impacto	994
4.1.6	Momento de preparação	997
4.1.7	Iniciativa da exigência	999
4.1.8	Elaboração	999
4.1.8.1	Independência da equipe.....	1000
4.1.8.2	Responsabilidade do empreendedor e da equipe	1002
4.1.9	Custeio	1004
4.1.10	Diretrizes gerais.....	1004
4.1.11	Conteúdo mínimo do EIA	1005
4.1.12	Conteúdo mínimo do RIMA.....	1007
4.1.13	Publicidade e participação pública.....	1008
4.1.13.1	Publicidade.....	1008
4.1.13.2	Participação popular.....	1009
4.1.14	Mecanismos de controle.....	1013
4.1.15	Perspectivas e desafios.....	1014
4.2.	Segundo a Resolução CONAMA 237/1997.....	1015
4.3.	Segundo a Portaria Interministerial 60/2015	1016
5.	A Avaliação Ambiental Integrada – AAI.....	1017
Seção IV – O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras		1018
Subseção I – Licenciamento em meio ambiente.....		1018
1.	Considerações introdutórias.....	1020
2.	Conceito de licenciamento ambiental.....	1021
3.	As dimensões ecológica, econômica e social do licenciamento.....	1022
4.	Natureza processual do licenciamento ambiental.....	1025
5.	Quadro normativo básico	1028
5.1	Normas gerais de cunho nacional.....	1028
5.2	Normas em nível estadual e distrital.....	1029
6.	Rito do processo licenciatório.....	1033
6.1	Licenciamento ordinário.....	1033
6.2	Licenciamento especial	1036
7.	Licenciamento corretivo e direito adquirido.....	1040
8.	A publicidade no licenciamento ambiental.....	1042
9.	Competência para o licenciamento ambiental à luz do pacto federativo ecológico	1043
9.1	Critérios para a determinação da competência licenciatória	1044
9.2	Ações administrativas de licenciamento ambiental	1050
9.2.1	O licenciamento da União.....	1051
9.2.2	O licenciamento estadual	1056
9.2.3	O licenciamento municipal	1057
9.2.4	O licenciamento distrital.....	1058
9.3	Licenciamento único e participativo: natureza não vinculante das manifestações emanadas de terceiros intervenientes.....	1059

9.4	Convalidação do licenciamento conduzido por ente/órgão incompetente.....	1066
9.5	Atuações supletiva e subsidiária.....	1067
9.6	Delegação de atribuição licenciatória.....	1069
10.	A autorização para supressão de vegetação (ASV) no processo de licenciamento ambiental.....	1070
11.	A participação popular no licenciamento ambiental.....	1071
11.1	Audiências públicas no licenciamento ambiental.....	1073
11.2	A consulta prévia, livre e informada, dos povos indígenas e tribais prevista na Convenção 169/1989 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.....	1077
11.2.1	Alcance da Convenção OIT- 169.....	1077
11.2.2	Procedimentos de consulta prévia dos povos indígenas e tribais (Convenção OIT – 169 e CF, art. 231, § 3º).....	1078
11.2.3	Os efeitos da consulta.....	1081
11.2.4	O aproveitamento de recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra de riquezas minerais.....	1082
11.2.4.1	A autorização do Congresso Nacional.....	1083
11.2.4.2	A oitiva das comunidades afetadas.....	1084
11.2.4.3	A necessária conclusão dos estudos ambientais para a realização da consulta.....	1085
12.	Fiscalização e aplicação de sanções (<i>lato sensu</i>) no licenciamento ambiental.....	1086
12.1	Empreendimentos ou atividades licenciadas ou autorizadas.....	1088
12.2	Empreendimentos ou atividades licenciáveis, mas não efetivamente licenciadas.....	1089
12.3	Empreendimentos ou atividades não sujeitas a processo licenciatório.....	1090
12.4	Atuação cooperativa dos órgãos ambientais em caso de iminência ou ocorrência de degradação da qualidade do ambiente.....	1090
Subseção II – Licença ambiental.....		1092
1.	Conceito de licença ambiental.....	1092
2.	Natureza jurídica da licença.....	1093
3.	Tipos de licenças.....	1096
3.1	Licença prévia – LP.....	1096
3.2	Licença de instalação – LI.....	1097
3.3	Licença de operação – LO.....	1098
4.	Condicionantes das licenças.....	1098
4.1	Medidas preventivas e mitigadoras.....	1099
4.2	Medidas compensatórias.....	1101
5.	Peculiaridades da licença ambiental.....	1102
6.	Prazos nas licenças ambientais.....	1104
6.1	Prazos para análise das licenças.....	1104
6.2	Prazos de validade das licenças.....	1106
7.	Revisão e retirada das licenças.....	1107
7.1	Modificação da licença.....	1108
7.2	Suspensão da licença.....	1110
7.3	Cancelamento da licença.....	1110
8.	O direito à indenização por retirada das licenças.....	1111
Subseção III – A compensação ambiental da Lei 9.985/2000 no processo licenciatório.....		1113
1.	Fato gerador.....	1114
2.	Percentual aplicável e metodologia de cálculo.....	1114
3.	Natureza jurídica.....	1119

4. Câmara federal de compensação ambiental- CFCA e destinação dos recursos arrecadados.....	1120
Subseção IV – Aspectos penais do licenciamento ambiental	1123
1. Ausência de licença ou autorização e desobediência a normas legais ou regulamentares.....	1124
2. Falsidade ideológica nos procedimentos de autorização ou licenciamento, por parte de funcionário público.....	1124
3. Concessão irregular de licença, autorização ou permissão.....	1125
4. Responsabilidade por informação falsa, incompleta ou enganosa no licenciamento.....	1125
Subseção V – O controle do processo licenciatório e da regularidade das licenças	1128
Seção V – Incentivos à produção e instalação de equipamentos e à criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental	1131
1. Tecnologias limpas ou apropriadas	1131
1.1. Produção mais limpa.....	1132
1.2. Prevenção à poluição	1133
1.3. Implementação de ações de produção mais limpa e de prevenção à poluição.....	1134
2. Programas federais.....	1135
2.1. O Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PRO-CONVE	1135
2.2. O Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora-SILÊNCIO	1135
3. Programas estaduais.....	1136
4. Projetos ecológicos.....	1137
Seção VI – A criação de espaços territoriais especialmente protegidos.....	1139
Seção VII – Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente – SINIMA	1139
Seção VIII – Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.....	1143
Seção IX – Penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação do meio ambiente ou à correção da degradação ambiental	1144
Seção X – Relatório de Qualidade do Meio Ambiente – RQMA.....	1146
Seção XI – Garantia de acesso a informações relativas ao meio ambiente	1147
Seção XII – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras dos Recursos Ambientais	1149
Seção XIII – Instrumentos econômicos.....	1152
1. Instrumentos econômicos na Lei 11.284, de 02.03.2006	1152
2. Instrumentos econômicos na Lei 6.938, de 31.08.1981	1153
2.1. Concessão florestal.....	1154
2.2. Servidão ambiental.....	1156
2.3. Seguro ambiental.....	1157
3. Instrumentos econômicos no novo Código Florestal	1157
3.1. Cota de Reserva Ambiental – CRA.....	1159
3.2. O pagamento por serviços ambientais como instrumento econômico de política ambiental	1161
3.2.1. Histórico	1163
3.2.2. Conceito	1166
3.2.3. Valoração	1167
3.2.4. Modalidades	1168
3.2.5. Marco regulatório	1170
3.2.6. Conclusão.....	1175
4. Outros instrumentos.....	1176
5. Os instrumentos de gestão no contexto atual.....	1178

Título XI – OUTRAS POLÍTICAS NACIONAIS RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE	
Capítulo I – A POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	
Seção I – A Gestão de Recursos Hídricos no Brasil	1187
1. Considerações gerais.....	1187
2. Código de Águas	1189
2.1 Escopo legislativo.....	1189
2.2 Domínio, alveio, margens e aproveitamento das águas	1190
3. Do Código de Águas à Lei 6.938, de 31.08.1981.....	1194
4. Gestão da qualidade das águas depois do Código de Águas	1196
4.1 Classificação e padrões de qualidade das águas.....	1196
4.1.1 Águas superficiais.....	1196
4.1.1.1 Águas doces.....	1197
4.1.1.2 Águas salinas	1198
4.1.1.3 Águas salobras	1199
4.1.2 Águas subterrâneas.....	1200
4.2 Enquadramento das águas	1201
5. Águas e seu domínio na Constituição de 1988.....	1201
Seção II – A Política Nacional de Recursos Hídricos e a Lei 9.433/1997.....	1202
1. Panorama atual	1202
2. Objetivos, fundamentos e diretrizes	1204
3. Instrumentos.....	1206
3.1 Planos de Recursos Hídricos.....	1206
3.2 Enquadramento dos corpos de água em classes	1207
3.3 Outorga de direitos de uso de recursos hídricos.....	1207
3.3.1 A natureza jurídica da outorga.....	1209
3.3.2 Usos sujeitos a outorga.....	1210
3.3.3 Usos isentos de outorga.....	1211
3.3.4 Competência para a expedição da outorga.....	1212
3.3.5 Outorga do direito de uso das águas e licenciamento ambiental	1212
3.3.6 Suspensão e extinção da outorga.....	1213
3.4 A cobrança pelo uso de recursos hídricos.....	1215
3.5 O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos	1217
4. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.....	1218
4.1 O Conselho Nacional de Recursos Hídricos	1219
4.2 A Agência Nacional de Águas	1220
4.3 Os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos	1221
4.4 Os Comitês de Bacias Hidrográficas.....	1221
4.5 Órgãos dos poderes públicos encarregados da gestão dos Recursos Hídricos	1223
4.6 As Agências de Água.....	1224
5. Infrações e penalidades.....	1226
6. Leis 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para o saneamento) e 12.651/2012 (Código Florestal) e os recursos hídricos.....	1229
7. Universidade aberta da água – UNA/Água.....	1230
8. Desafios.....	1231
Capítulo II – POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
1. O pioneirismo brasileiro	1234
2. Avanços da Lei 9.795/1999	1235
2.1 Aspecto educacional	1236
2.2 Aspecto formal	1237
2.3 Aspecto não formal	1238

3.	Princípios básicos	1239
4.	Objetivos	1240
5.	Implicações da Educação Ambiental	1241
5.1	Implicações de ordem constitucional	1241
5.2	Implicações de ordem pedagógica	1242
5.3	Implicações de ordem social	1243
6.	Regulamentação e execução	1244
6.1	Os executores da Política Nacional de Educação Ambiental	1244
6.2	O Órgão Gestor e o Comitê Assessor	1247
6.2.1	O Órgão Gestor	1247
6.2.2	Comitê Assessor	1248
6.3	Programas e recursos	1249
7.	Compensação ambiental	1250
8.	O exemplo da Política de Educação Ambiental do Município de São Paulo	1252
9.	Conclusão	1253
Capítulo III – POLÍTICA NACIONAL URBANA		
1.	Estado da questão	1255
2.	A política urbana na Constituição Federal	1258
2.1	Papel da propriedade urbana no Plano Diretor	1259
2.2	Direito de propriedade e função social	1259
2.3	Direito de uso	1261
2.4	Desapropriação por interesse público	1263
2.5	A “cidade irregular”	1264
2.6	Autoaplicabilidade e longo alcance	1265
3.	Qualidade ambiental na estrutura e na vida da cidade	1268
3.1	Operações urbanas consorciadas e valorização do meio ambiente	1269
3.2	Competências legais e autonomia municipal	1271
3.3	Instrumentos de gestão ambiental do Município e sua área de influência	1275
3.3.1	Plano Diretor	1276
3.3.2	Zoneamento ambiental	1278
3.3.3	Incentivos e benefícios	1279
3.3.4	Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)	1279
3.3.5	Participação cidadã	1282
4.	Reflexos das Novas Políticas Nacionais para as cidades	1284
4.1	Política Nacional sobre Mudança do Clima	1285
4.2	Política Nacional de Resíduos Sólidos	1286
4.3	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil	1286
5.	Um Ministério para as cidades: a preocupação integrada com o desenvolvimento urbano	1288
6.	Em busca de um ordenamento jurídico para a qualidade de vida urbana	1293
7.	Conclusão	1296
Capítulo IV – POLÍTICA NACIONAL DA BIODIVERSIDADE		
Seção I – Biodiversidade		1300
1.	Abordagem preliminar	1301
1.1	Elementos básicos para tratamento da temática	1301
1.2	Dados históricos e evolução	1305
1.3	Diferentes tratamentos da biodiversidade	1307
1.4	Quadro legal básico	1308
1.4.1	Instrumentos internacionais	1309
1.4.2	Legislação brasileira	1310
2.	Princípios da Política Nacional da Biodiversidade	1311
2.1	Valor intrínseco da biodiversidade e o Homem	1311

[PDF](#)
[11.03](#)

[PDF](#)
[11.04](#)

2.2	Valor de uso e gestão dos ecossistemas.....	1312
2.3	Direito sobre a biodiversidade.....	1313
3.	Diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade.....	1314
4.	Objetivos e componentes da Política Nacional da Biodiversidade.....	1315
4.1	Objetivo geral da Política Nacional da Biodiversidade.....	1315
4.2	Componentes da Política Nacional da Biodiversidade.....	1316
5.	Programa Nacional da Diversidade Biológica- PRONABIO e Comissão Nacional de Biodiversidade.....	1318
5.1	PRONABIO.....	1318
5.2	Comissão Nacional de Biodiversidade.....	1320
5.2.1	Fins e atribuições.....	1320
5.2.2	Composição.....	1324
6.	O Plano Estratégico de Nagoya 2011-2020.....	1325
7.	Considerações finais.....	1329
Seção II – Temas afins: patrimônio genético, biotecnologia e biossegurança.....		1331
Subseção I – Patrimônio genético.....		1331
1.	Considerações gerais.....	1331
2.	Patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.....	1336
3.	A utilização do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado.....	1338
3.1	O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN.....	1341
3.2	A coleta e o acesso ao patrimônio genético.....	1342
3.3	O acesso ao conhecimento tradicional associado.....	1346
4.	A repartição de benefícios.....	1348
4.1	A repartição de benefícios no regime da MP 2.186-16/2001.....	1349
4.2	A repartição de benefícios na Lei 13.123/2015.....	1353
5.	Da MP 2.186-16/2001 à Lei 13.123/2015.....	1356
6.	Considerações finais.....	1357
Subseção II – Biotecnologia.....		1359
1.	Considerações gerais.....	1359
2.	Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.....	1362
2.1	Considerações prévias.....	1362
2.2	Aspectos institucionais.....	1362
2.3	Comitê Nacional de Biotecnologia.....	1363
2.4	Marcos regulatórios.....	1364
2.5	Estrutura da Política.....	1365
2.5.1	Objetivo geral e diretrizes.....	1366
2.5.2	Áreas setoriais.....	1366
2.5.3	Responsabilidades institucionais.....	1367
2.6	Considerações finais.....	1367
Subseção III – Biossegurança.....		1368
1.	Considerações introdutórias.....	1368
2.	A biossegurança no ordenamento jurídico nacional.....	1370
2.1	Contextualização.....	1370
2.2	Em torno do texto legal.....	1371
2.3	Princípios norteadores da Lei.....	1374
2.4	O regulamento da Lei.....	1377
2.5	Práticas proibidas pela biossegurança.....	1379
2.6	Agentes da implementação da Lei.....	1380
2.6.1	Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS.....	1380
2.6.2	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBIO.....	1381
2.6.3	Órgãos e entidades de registro e fiscalização.....	1383
2.6.4	Comissão Interna de Biossegurança – CIBIO.....	1383

2.7	Sistema de Informação em Biossegurança – SIB	1384
2.8	Rotulagem	1385
2.9	O regime das responsabilidades	1386
2.9.1	Responsabilidade civil	1386
2.9.2	Responsabilidade administrativa	1387
2.9.3	Responsabilidade penal	1388
3.	Considerações finais	1389
Capítulo V – POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO		
1.	Introdução	1391
2.	A legislação de saneamento básico no Brasil	1393
3.	Principais Aspectos da Política Nacional de Saneamento Básico no Brasil	1396
3.1	Considerações preliminares	1396
3.2	Princípios fundamentais	1397
3.3	Planejamento e regulação	1399
3.4	Aspectos econômicos e sociais	1400
3.5	Planos nacional e regionais de saneamento básico e sistema nacional de informações	1401
3.6	Aspectos técnicos e controle social	1402
4.	Temas polêmicos sobre o saneamento básico no Brasil	1403
4.1	Titularidade, continuidade e interrupção do serviço	1403
4.2	Modalidades contratuais	1406
4.3	Política Nacional de Saneamento Básico, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Código Florestal e outros diplomas	1410
4.4	Infraestrutura de saneamento como patrimônio ambiental	1412
4.5	As áreas irregulares e os serviços de saneamento	1413
4.6	Princípio da reserva do possível no saneamento básico	1415
5.	Considerações finais	1416
Capítulo VI – POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS		
1.	Introdução	1418
2.	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT	1419
2.1	Caracterização dos povos e comunidades tradicionais	1420
2.2	Princípios	1420
2.3	Objetivos	1421
2.4	Instrumentos de implementação	1422
2.5	Planos de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais	1422
3.	A convenção 169 da OIT e sua aplicabilidade aos povos e comunidades tradicionais	1423
4.	Considerações finais	1429
Capítulo VII – POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA		
1.	Introdução	1430
2.	Um alerta sem precedentes	1431
3.	O fenômeno planetário	1432
3.1	Antecedentes geológicos	1433
3.2	O caso específico das mudanças de clima	1434
3.3	Problemática internacional	1436
3.4	O Brasil no contexto internacional	1442
4.	Política Nacional sobre Mudança do Clima	1443
4.1	Antecedentes da PNMC na legislação brasileira	1445
4.2	A Lei 12.187/2009	1446
4.2.1	Novos conceitos	1446
4.2.2	Objetivos	1447
4.2.3	Princípios	1449

[PDF](#)
[11.05](#)

[PDF](#)
[11.06](#)

[PDF](#)
[11.07](#)

4.2.4	Diretrizes	1451
4.2.5	Instrumentos da PNM.....	1453
4.2.6	Recomendações finais da Lei 12.187/2009.....	1455
4.2.7	Regulamentação da Lei da PNM.....	1456
4.3	Subsídios à PNM por parte dos entes federativos	1458
4.3.1	Caracterização de problemática.....	1460
4.3.2	No campo dos princípios e objetivos	1460
4.3.3	Alguns instrumentos para a implementação	1461
4.3.3.1	Na Política Estadual de Mudanças Climáticas	1461
4.3.3.2	Na Política Municipal de Mudança do Clima	1463
5.	A busca por uma saída	1464
5.1	Créditos de carbono.....	1465
5.2	Reflorestamento	1466
5.3	Energias renováveis.....	1467
6.	A COP 21 e o Acordo de Paris	1468
7.	Conclusão	1470
Capítulo VIII – POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS		
1.	Introdução.....	1474
2.	Antecedentes normativos.....	1480
3.	Política Nacional de Resíduos Sólidos	1483
3.1	Interdependência normativa e microsistema jurídico	1484
3.2	Definição de resíduos sólidos.....	1485
3.3	Classificação dos resíduos sólidos.....	1486
3.4	Diretrizes.....	1487
3.5	Princípios	1487
3.6	Objetivos.....	1488
3.7	Instrumentos.....	1490
3.7.1	Planos de resíduos sólidos.....	1490
3.7.1.1	O Plano Nacional de Resíduos Sólidos.....	1491
3.7.1.2	Os planos estaduais de resíduos sólidos.....	1492
3.7.1.3	Os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas	1494
3.7.1.4	Os planos municipais e intermunicipais de resíduos sólidos..	1494
3.7.1.5	Os planos de gerenciamento de resíduos sólidos	1496
3.7.2	Coleta seletiva	1499
3.7.3	Logística reversa	1501
3.7.4	Educação ambiental.....	1506
3.7.5	Incentivos fiscais, financeiros e creditícios.....	1507
3.7.6	Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR	1509
3.7.7	Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.....	1510
3.7.7.1	A preocupação com os resíduos perigosos	1510
3.7.7.2	O Cadastro Nacional	1512
3.8	Sistema de responsabilidade pela geração e gerenciamento de resíduos sólidos	1512
3.8.1	A responsabilidade cumulativa por ações desconformes à lei ou ao seu regulamento.....	1513
3.8.1.1	Responsabilidade civil	1513
3.8.1.2	Responsabilidade penal	1514
3.8.1.3	Responsabilidade administrativa.....	1515
3.8.2	Proibições legais	1517
3.8.3	Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.....	1518
3.8.4	Responsabilidade por áreas órfãs contaminadas	1522
3.9	Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	1523
4.	Conclusão	1525

[PDF](#)
[11.08](#)

[PDF](#)
[11.09](#)

Capítulo IX – POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA	
1. Estado da questão	1528
2. Considerações em torno da mobilidade urbana	1530
3. A Lei 12.587/2012 no contexto brasileiro.....	1531
3.1 Perfil da Lei.....	1531
3.2 A Lei e a cidade.....	1531
4. Responsabilidade do Município na mobilidade urbana.....	1532
5. Conclusão	1533

[PDF](#)
[11.10](#)

Capítulo X – POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS	
1. Terras indígenas e meio ambiente.....	1535
2. A interface ambiental-indigenista	1537
3. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI	1538

OITAVA PARTE ÁREAS PROTEGIDAS

Título XII – ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

Capítulo I – ETEPS EM SENTIDO ESTRITO (*STRICTO SENSU*)

[PDF](#)
[12.01](#)

Seção I – Unidades de conservação típicas.....	1544
1. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC	1545
1.1 Conceito de unidades de conservação	1546
1.2 Objetivos.....	1546
1.3 Diretrizes.....	1547
1.4 Estrutura.....	1549
2. Categorias de unidades de conservação.....	1550
2.1 Unidades de Proteção Integral	1551
2.1.1 Estação Ecológica.....	1552
2.1.2 Reserva Biológica.....	1553
2.1.3 Parque Nacional	1553
2.1.4 Monumento Natural.....	1554
2.1.5 Refúgio de Vida Silvestre.....	1555
2.2 Unidades de Uso Sustentável	1555
2.2.1 Área de Proteção Ambiental	1556
2.2.2 Área de Relevante Interesse Ecológico	1557
2.2.3 Floresta Nacional.....	1558
2.2.4 Reserva Extrativista.....	1558
2.2.5 Reserva de Fauna.....	1560
2.2.6 Reserva de Desenvolvimento Sustentável.....	1560
2.2.7 Reserva Particular do Patrimônio Natural.....	1561
3. Reserva da Biosfera	1563
4. Criação, implantação e gestão das unidades de conservação.....	1564
4.1 Criação.....	1565
4.1.1 Transformação e ampliação	1566
4.1.2 Desafetação ou redução	1567
4.1.3 Desapropriação e indenização	1567
4.2 Implantação	1568
4.2.1 Zona de amortecimento.....	1569
4.2.2 Mosaico de unidades de conservação.....	1570
4.2.3 Plano de Manejo.....	1571
4.3 Gestão	1572
4.3.1 Atividades proibidas nas unidades de conservação.....	1574
4.3.2 Exploração de bens e serviços.....	1575

5. Categorias de unidades de conservação revogadas.....	1576
Seção II – Unidades de conservação atípicas.....	1577
Capítulo II – ETEPS EM SENTIDO AMPLO (<i>LATO SENSU</i>)	
1. Uma justificativa metodológica.....	1579
2. Áreas de proteção especial	1580

[PDF](#)
[1202](#)

NONA PARTE

PATRIMÔNIO FLORESTAL BRASILEIRO

Título XIII – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PATRIMÔNIO FLORESTAL

Capítulo I – OS BIOMAS NACIONAIS E SUA FUNÇÃO GEOECONÔMICA

1. Amazônia brasileira.....	1585
2. Mata Atlântica.....	1586
2.1 Serra do Mar.....	1587
2.2 Zona Costeira.....	1588
2.3 Mata de Araucárias.....	1589
3. Pantanal Mato-Grossense.....	1589
4. Cerrado	1590
5. Caatinga.....	1591
6. Pampa.....	1592

[PDF](#)
[13.01](#)

Capítulo II – GESTÃO INTEGRADA DOS GRANDES ECOSISTEMAS

1. A ocupação do espaço.....	1595
2. Fenômenos específicos	1597
3. O zoneamento ecológico-econômico.....	1599
4. Necessidade de uma política comum unificada.....	1600

[PDF](#)
[13.02](#)

Capítulo III – REGIME JURÍDICO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA

1. Considerações gerais.....	1601
1.1 Localização	1602
1.2 Biodiversidade	1602
1.3 Sociodiversidade	1603
1.4 Fragmentação dos remanescentes e desafios da sustentabilidade.....	1604
2. Notícia histórica da proteção legal.....	1606
3. A lei 11.428/2006 e seu alcance.....	1608
3.1 Formações florestais e ecossistemas associados integrantes do bioma Mata Atlântica.....	1609
3.2 Objetivos fundamentais	1610
4. Regimes jurídicos para a utilização do bioma Mata Atlântica	1610
4.1 Regime jurídico geral para o corte, a supressão e a exploração da vegetação do bioma Mata Atlântica	1611
4.1.1 Intervenções na vegetação primária	1612
4.1.2 Intervenções na vegetação secundária em estágio avançado de regeneração	1612
4.1.3 Intervenções na vegetação secundária em estágio médio de regeneração	1613
4.1.4 Intervenções na vegetação secundária em estágio inicial de regeneração	1613

[PDF](#)
[13.03](#)

4.2	Regime jurídico especial para fins de loteamento ou edificação nas áreas urbanas e regiões metropolitanas	1614
5.	Supressão de vegetação secundária para fins de atividades minerárias	1615
6.	Licenciamento, autorização e anuência para a supressão de vegetação do bioma Mata Atlântica	1616
7.	Medidas compensatórias por intervenções no bioma Mata Atlântica.....	1617
8.	Considerações finais	1620

Capítulo IV – FLORESTAS PÚBLICAS

1.	Introdução.....	1622
2.	Princípios e conceitos da Lei de Gestão de Florestas Públicas	1624
3.	Formas de Gestão das Florestas Públicas.....	1625
3.1	Criação de unidades de conservação	1625
3.2	Destinação às comunidades locais	1625
3.3	Concessões florestais.....	1626
3.3.1	Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF: conteúdo, requisitos e processo de outorga	1627
3.3.2	Objeto da concessão	1629
3.3.3	Cadastro Nacional de Florestas Públicas.....	1630
3.3.4	Licenciamento ambiental	1631
3.3.5	Procedimentos licitatórios: habilitação, edital, critérios de seleção	1632
3.3.6	Contratos de concessão	1633
3.3.7	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF	1635
3.3.8	Auditorias florestais.....	1636
3.3.9	Extinção da concessão.....	1637
4.	Órgãos responsáveis pela gestão e fiscalização das florestas públicas.....	1637
5.	Serviço Florestal Brasileiro.....	1638
6.	Contratos de transição	1639
7.	Sistema de Dados e Informações sobre a Gestão Florestal.....	1640
8.	Perspectiva e desafios.....	1641

Capítulo V – CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO

Seção I – Disposições gerais	1653
Seção II – Área de Preservação Permanente – APP	1654
1. Notícia Histórica	1654
2. Definição	1655
3. Modos de instituição.....	1656
3.1 APPs instituídas por lei.....	1656
3.2 APPs instituídas por ato do Poder Público	1660
4. Natureza Jurídica	1661
5. Intervenção ou supressão de vegetação em APP.....	1662
5.1 Utilidade pública.....	1664
5.2 Interesse social	1665
5.3 Atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental	1665
6. Recomposição de APPs	1666
6.1 A regra geral	1666
6.2 Recomposição em áreas rurais consolidadas.....	1667
6.2.1 Áreas que margeiam cursos d'água naturais.....	1668
6.2.2 Áreas no entorno de nascentes e olhos d'água	1669
6.2.3 Áreas no entorno de lagos e lagoas naturais.....	1669
6.2.4 Faixas marginais de veredas	1670
6.3 Métodos de recomposição das áreas rurais consolidadas.....	1670

[PDF](#)
[13.04](#)

[PDF](#)
[13.05](#)

7. APPS em Unidades de Conservação	1670
8. APPs no espaço urbano.....	1671
Seção III – Reserva Florestal Legal – RFL	1674
1. Notícia histórica.....	1674
2. Definição.....	1677
3. Localização e delimitação	1678
3.1 Regra geral: art. 12 da Lei 12.651/2012	1678
3.2 Exceções à regra geral	1678
3.2.1 Imóveis rurais de até quatro módulos fiscais, com déficit de reserva em 22.07.2008.....	1679
3.2.2 Imóveis rurais com reserva delimitada segundo a lei do tempo.....	1680
4. Natureza Jurídica	1681
5. Efeitos da implantação da RFL	1682
6. Registro da RFL no Cadastro Ambiental Rural – CAR.....	1686
7. Redução ou ampliação da RFL.....	1688
8. Mecanismos para a regularização de passivos ambientais relacionados à RFL.....	1688
8.1 Recomposição	1689
8.2 Regeneração natural.....	1689
8.3 Compensação	1690
Seção IV – Áreas de Uso Restrito – AUR.....	1693
1. Pantanais e planícies pantaneiras.....	1693
2. Áreas de inclinação entre 25° e 45°.....	1695
3. Apicuns e salgados.....	1695
Seção V – Regime de proteção das áreas verdes urbanas.....	1698
Seção VI – Supressão de vegetação para uso alternativo do solo	1698
Seção VII – Cadastro Ambiental Rural – CAR.....	1699
Seção VIII – Gestão das Florestas Nativas.....	1701
1. Exploração florestal	1701
2. Controle da origem dos produtos florestais.....	1702
3. Proibição do uso de fogo e controle de incêndios	1703
4. Controle de desmatamentos	1705
Seção IX – Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente.....	1706
1. Programa de Apoio e Incentivo à Conservação do Meio Ambiente.....	1706
2. Cota de Reserva Ambiental – CRA.....	1708
Seção X – Agricultura Familiar	1710
Seção XI – Programa de Regularização Ambiental – PRA.....	1712
DÉCIMA PARTE	
A ORDEM INTERNACIONAL DO AMBIENTE	
Título XIV – O MEIO AMBIENTE NO MUNDO GLOBALIZADO	
1. Globalização e desafios ambientais.....	1718
2. Antecedentes.....	1719
2.1 A consolidação dos tratados.....	1719
2.2 Atos internacionais e sua tramitação no Brasil	1721
3. A ordem internacional e o meio ambiente	1722

3.1	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo/1972).....	1722
3.2	Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional	1724
3.2.1	Legislação aplicável	1725
3.3	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção – CITES	1726
3.3.1	Legislação aplicável	1726
3.4	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – UNCLOS	1728
3.4.1	Legislação aplicável	1730
3.5	Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio.....	1731
3.6	Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio	1732
3.6.1	Legislação aplicável	1735
3.6.2	A ação brasileira	1735
3.7	Convenção sobre Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos (Convenção da Basileia).....	1736
3.7.1	Legislação aplicável	1738
3.7.2	Programa de Gerenciamento de Resíduos Perigosos.....	1741
3.8	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco 92 (Rio de Janeiro/1992)	1741
3.8.1	Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	1744
3.8.2	Agenda 21.....	1744
3.8.3	Declaração de Princípios para o Desenvolvimento Sustentável das Florestas.....	1745
3.8.4	Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB	1745
3.8.4.1	Legislação aplicável.....	1747
3.8.5	Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima	1748
3.8.5.1	Legislação aplicável.....	1750
3.9	Protocolo de Kyoto	1751
3.9.1	Atualidade do assunto	1752
3.9.2	Contexto do Protocolo de Kyoto.....	1756
3.9.3	Legislação aplicável	1759
3.9.4	O futuro do regime multilateral de combate ao aquecimento global	1759
3.10	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo/2002).....	1761
3.11	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Rio de Janeiro/2012).....	1762
4.	A cooperação internacional em meio ambiente	1764
4.1	Considerações gerais.....	1765
4.2	O Brasil no Mercosul.....	1770
4.3	A cooperação internacional na tutela penal do meio ambiente	1772
4.3.1	As formas de cooperação internacional.....	1773
4.3.2	Objeto jurídico da cooperação	1775
4.3.3	O destinatário do pedido de cooperação	1776
4.3.4	O conteúdo do pedido de cooperação	1777
4.3.5	Os Sistemas de Informação Ambiental.....	1778
5.	Considerações finais	1779
	Bibliografia adicional indicativa	1785
	Documentos	1793
	Índice remissivo	1795

[PDF](#)
[biblio](#)

[PDF](#)
[índice](#)